

## PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

Modalidade Da Licitação:	PREGAO N.º: 009/2017
Objeto:	Contratação de serviços de consultoria e assessoria em contabilidade, fechamento de balanço de 2017, elaboração da LDO 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2019.

Considerando o fato de que a Assessoria Jurídica cumpre papel extremamente relevante na análise dos certames públicos, não se deve confundir como órgão de controle, se sua função primordial é **preventiva**, deve atuar de maneira **orientativa**.

Considerando a redação do **Artigo 38<sup>1</sup> da Lei n.º 8.666/93** que determina ser obrigatório parecer jurídico **APENAS** para a análise do edital e minuta contratual, o que já consta nos presentes autos, esta assessoria emite orientação para encaminhar os autos para o controle interno do município, para emissão de análise final, e verificação da regularidade quanto a fase externa do certame.

S.M.J, é o parecer.

Oliveira de Fátima – TO, 12 de janeiro de 2018.

  
**ZENO VIDAL SANTIN**  
**OAB/TO/279B**

<sup>1</sup> “art. 38, parágrafo único - As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.